A LEI 10.639/03 QUESTÕES TEÓRICA E METODOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA JOÃO CLAUDINO PONTES

Eliane de Campos Viegas[1]

Janaína Vicente da Silva[2]

Jackelline Freire da Costa[3]

Resumo

Este artigo tem como proposta apresentar a experiência vivenciada no grupo escolar *João Claudino de Pontes*, que fica localizado na zona rural da cidade de Guarabira-PB, por meio de uma oficina realizada em turmas do 2º e 3°ano do ensino fundamental. Nesta oficina utilizamos recursos pedagógicos voltados para as influências da cultura africana no nosso cotidiano e assim, percebemos que tal contato com a temática do ensino afro-brasileiro trouxe grande contribuição na desconstrução dos mais variados estereótipos que rotulam os africanos e afro-brasileiro, como também amenizará as desigualdades raciais e o racismo presente ainda na sociedade. Neste trabalho também vamos abordar a necessidade da aplicação da lei 10.639/03, que mesmo sendo obrigatória ainda não estar inclusa no currículo de muitas escolas do Brasil. Por intermédio desta, tornou-se obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação básica, com o objetivo de promover uma educação que valoriza e reconhece a diversidade, comprometida com a pluralidade cultural do povo brasileiro. Reitero ainda que o ambiente escolar além de propiciar a produção de conhecimento, também é responsável pela construção de valores e identidade e possibilita aos alunos conhecer e valorizar uma diversidade de cultura, tais como a do povo africano.

Palavras-Chave: Cultura Africana no Brasil. Preconceito Racial. Lei 10.639/03.

[1] Graduanda em Licenciatura Plena em História, do turno diurno, da turma 2012.1, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III, Guarabira – PB. Eliane_veigas@hotmail.com

[2] Graduanda em Licenciatura Plena em História, do turno diurno, da turma 2012.1, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III, Guarabira – PB. Jane_vsilva@hotmail.com

[3] Graduanda em Licenciatura Plena em História, do turno diurno, da turma 2012.1, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III, Guarabira – PB. Pink-kel@hotmail.com

Introdução

Em Janeiro de 2003 foi aprovada a Lei Federal nº 10.639/03, alterando a LDB, que torna obrigatório no currículo oficial da Rede de ensino a temática História da África e Afro-brasileira.[4] Para isso acontecer foi necessária uma lei que coagisse os educadores a tomarem uma nova postura sobre o conhecimento afro-brasileiro como também da África, visto que por anos os negros e seus descendentes ficaram de fora da história oficial do nosso país. E quando os mesmos são retratados no contexto histórico; é corriqueiro que sua imagem seja sempre vinculada ao negro escravo que só servia para o trabalho pesado, sem cultura e inferior ao homem branco, muito pouco é apresentado sobre sua influência cultural no Brasil e também sua luta de resistência contra seus opressores. Lembrado que esses estereótipos em torno dos negros instigas as crianças negras a não gostarem de pertencer uma descendência de escravizados com discursos só negativo sobre a história de seu povo.

É nesta perspectiva que enfatizamos a importância da aplicação da lei 10.639/03 no ensino básico, pois como ressaltou Iana Chan(2014) "não valorizamos aquilo que não conhecemos." Ao colocar em pratica essa lei os educadores colaborarão para o combate às desigualdades raciais como também o racismo. É importante frisar que após vários anos da sua libertação no qual foram considerados perante a lei iguais aos brancos, tendo os mesmos direitos como seres humanos, porém ainda nos deparamos com uma sociedade preconceituosa que reproduz a ideia de que os negros são inferiores e são frequentemente marginalizados por sua cor.

A aplicação desta lei é um grande desafio para os educadores que na sua formação não tiveram o contato com esse conhecimento e assim alguns aspectos devem ser incorporados e atualizados na formação docente, deve-se analisar os conteúdos teóricos e metodológicos, a fim de incorporar a diversidade e multiculturalidade, sem exclusão. É necessário que os cursos de extensão e pós-graduação façam enfoque nessa pauta, visto que foi um assunto por muito tempo ignorado. A lei 10.639/03 trouxe essas modificações, que são primordiais para seu funcionamento até mesmo o apoio do governo em projetos e práticas

[4] A Lei 10.369/03, explicitada pelo parecer CNE/CP 003/2004 referendado pela resolução CNE/CP 001/2004, obriga a todos os professores, especialmente os do ensino básico, a ministrarem os conteúdos sobre História da África e Afro-brasileira, instituindo, destarte, novas perspectivas e olhares sobre o currículo escolar. DUPRET, p.49

educativas, disponibilizando uma melhor implantação, assim, podendo também oferecer cursos de formação aos discentes assim como prossegue no exemplo abaixo:

> Este é o caso do Curso de Pós-Graduação lato sensu "Diversidade Étnica e Educação Brasileira" oferecido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro através do LEAFRO, voltado para atualização profissional de especialistas capazes de produzir e difundir conhecimentos nas áreas da educação consoante ao que é preconizado pela lei. (DUPRET; VIEIRA, 2014, p.50)

De acordo com a citação acima, podemos perceber que o curso oferecido pela citada instituição de ensino, objetiva informatizar os profissionais da educação a respeito do multiculturalismo e sobre a perspectiva plurirracial, presentes na Constituição Federal de 1988. Com essa preparação poderá o professor fazer novas produções de conhecimento sobre o que impõe a mídia e o livro didático.

Existe uma diversidade de conteúdos afro-brasileira que podem ser trabalhado em aula. O governo por outro lado também contribui com a distribuição de materiais didáticos referentes às questões étnicas raciais, como por exemplo, é possível citar a coletânea de vídeos da série "A Cor da Cultura", planejada pelo Ministério da Educação, através do SECAD. Os vídeos são indicados ao nível infantil e infanto-juvenil, retratando aspectos político, literário, musical, religioso, dentre outros. Além de jogos lúdicos sobre a construção da história do Brasil.

Um ponto que merece repensar é quanto à postura do docente que muitas vezes são subjetividades particulares que precisam ser quebradas, incoerências repetidas sucessivamente tornam-se cristalizadas, repensar questões pessoais é enriquecer a procedência individual, extinguido o "comportado fossilizado" como definiu Vigotsky(1988).

A introdução dos estudos étnico-raciais durante anos não conseguiu formar um campo sólido, tanto no coletivo quanto no individual. Para cada indivíduo as informações se perpetuam de maneiras diferentes, a inferioridade ainda é o que prevalece. Os livros didáticos são ainda na atualidade a principal ferramenta na transmissão do conhecimento para os discentes, entretanto devido à ausência, entre a maioria deles de uma história dos negros como aqueles que fizeram parte da história do nosso país como também suas influências culturais desvia muitos professores a reproduzirem essa informação dada por verdade para seus alunos. Por isso a construção das subjetividades dos docentes torna-se importante para ser (re)pensada, pois temos uma nação que é plurirracial, e devemos respeitar a todos independentemente de sua cultura, cor e etnia.

Metodologia, Resultados e discussão

Trabalhar com projetos interdisciplinares tem profunda relevância, pois proporcionar aos alunos formar um conhecimento mais completo e não fragmentado. Ao longo da História muitos professores evitavam trabalhar a interdisciplinaridade, pois se achavam mais seguros, tanto conceitualmente, quanto na linguagem e nos métodos trabalhados em sala de aula, mas atualmente esta realidade está se transformando, cada vez mais os professores buscam trabalhar com a interdisciplinaridade, esse foi o impulso que nos induziu a trabalhar na oficina da qual resultou esse trabalho visando não fragmentar o conhecimento e explorar vários aspectos da cultura afro-brasileira.

Quando nos foi proposto à aplicação desta oficina que tinha como tema a cultura afro-brasileira, de início pensamos como iriamos trabalhar está temática com as turmas do 1º e 2º ano do ensino fundamental, achávamos que seria difícil, e que por conta da idade eles não iriam saber quase nada a respeito do tema. A partir daí notamos que esta temática deveria sim ser trabalhada nos anos iniciais do aluno na escola, pois como diz Maria Aparecida da Silva(2001) em *Formação educador e educadora para o combate ao racismo – uma tarefa essencial*:

> "É o lócus privilegiado para emergência de embates a respeito da cor, porque ali se encontram crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos fenotípicos". Essa heterogeneidade é refletida, não raro, na própria dificuldade entre alunos e corpo docente em apontar esta tal variedade para então apreendê-la em "grupos de cor" mais específicos, como pretos, pardos e brancos. Surgem, neste sentido, novamente as dificuldades de se classificar como sendo de determinada cor, demonstrando como, fortemente no espaço da escola, a cor da pele é uma construção social da qual fazem parte até mesmo o sucesso escolar dos alunos".

Desta forma é de grande importância, trabalhar o negro na escola, pois a partir disso os alunos deveriam formar o seu pensamento, aprendendo a respeitar o seu colega, e aprender que todos somos iguais independentemente de cor, cabelo, e etc. A vivência aprendida nesta oficina eles iriam levar para o resto da sua vida, e irradiar o que aprenderam com as demais pessoas que os circundam.

Na oficina nós buscamos uma metodologia diferenciada de ensino-aprendizagem, pois tínhamos como proposito despertar a curiosidade dos alunos para o tema a ser abordado. Confeccionamos um livro ilustrado com imagens da cultura Afro-Brasileira, das comidas, das

danças, da religião, do folclore entre outros, também levamos para sala de aula um instrumento afro-brasileiro a "Atabaque", para que os alunos pudessem visualizar um instrumento e ver o som que ele tinha, e contamos a história da" menina do laço de fita", além disso, fizemos uma pequena amostra do que seria uma apresentação de capoeira, e por fim uma atividade na folha. Todo o trabalho foi documentado através de fotos.

Imagem 1- Alunos na sala.
Fonte: As autoras. (2015)

Demos início indagando os alunos sobre o conhecimento a respeito da cultura afro-brasileira, onde nos surpreendemos com as respostas, pois os alunos já tinham uma opinião formada acerca dos negros, eles falaram que "tínhamos que respeitar uns aos outros, que não deveria ter preconceito".

Imagem 2- Livro ilustrado.
Fonte: As autoras (2015)

Dando continuidade perguntamos quem se achava negro, onde muitos responderam que eram negros, e depois desse conhecimento prévio da turma mostramos o livro ilustrado,

perguntando o que eles já haviam visto da cultura negra, as comidas que eles já tinham experimentado as danças que eles já haviam visto, ou participado. Ouvimos os alunos que começaram a falar das comidas e de outros contatos que tiverem com a cultura afro, alguns já conheciam a capoeira, dessa forma tocamos a "Atabaque", e mostramos como seria essa dança, e falamos um pouco sobre ela, destacando que a mesma serve para autodefesa.

Após este debate, contamos a história da "menina bonita do laço de fita", história muito interessante, onde a cor negra é valorizada, os alunos gostaram e até identificaram uma colega da sala semelhante à menina da história contada. Por fim passamos uma atividade para eles fazerem, onde nesta atividade eles deveriam relacionar a contribuição dos negros para nossa cultura, como comida, música, palavra, dança e instrumento musical.

Tanto para nós futuras professoras de História, como para os alunos, foi uma experiência satisfatória, pois num país onde infelizmente o preconceito contra os negros reina em pleno século XXI, encontrar alunos com o pensamento de que preconceito não é algo certo, e que respeitam os colegas negros é um verdadeiro sentimento de dever cumprindo.

Consideração final

A partir da contextualização em torno da necessidade da aplicação da lei 10.639/03 que nesse ano completará 12 anos que foi sancionada e mesmo tendo sido necessário tornar obrigatório o ensino da história da África e afro-brasileiro na educação básica ainda permanece ausente no currículo de muitas escolas do Brasil. Normalmente é apresentado sobre a cultura afro no dia 20 de novembro dia da "consciência negra," tal pratica impede os alunos de terem contato com a história do negro numa nova perspectiva e assim, desconstruir os mais variados estereótipos em torno dos negros.

É importante salientar que a implantação da temática de História e Cultura Afro-Brasileira sendo trabalhada desde cedo, torna-se mais fácil construir no(a) aluno(a) uma visão sem preconceito, estabelecendo igualdade entre todos. A experiência que tivemos na escola *João Claudino Pontes* com os(as) alunos(as) cujo a faixa etária entre 6 à 8 anos de idade do 1º e 2º ano, foi uma experiência de grande importância para nosso aprimoramento como futuros

educadores. O objetivo era observar na prática o saber do aluno a respeito da Cultura Afro-Brasileira, logo, quando proposto a discussão do tema; os(as) alunos(as) ficaram bastante interessados e participaram a todo momento e em seguida quando foi abordado os conteúdos as crianças negras se declaram orgulhosas de serem negras e seus colegas que não tinha sua mesma cor tiveram a clareza que somos diferentes e não podemos discriminar o coleguinha pela sua cor. Nesta perspectiva percebemos a importância de abordar em sala de aula tais assuntos, pois tal pratica aumentará a autoestima das crianças negras e diminuirá o preconceito racial enraizado na sociedade.

Ao empregar os conteúdos afro-brasileiro dado a estes aos(as) alunos(as) percebemos na pratica a importância da a Lei 10.639/03, lembrando que seu principal objetivo é:

> Divulgar o conhecimento da origem do negro e de seu processo histórico, tanto colonial, como contemporâneo, nos currículos escolares. Deste modo, abre espaço para que negras e negros sejam incluídos nas propostas curriculares como sujeitos históricos na construção da identidade brasileira e ainda, pretende romper com a visão estereotipada e folclorizada que se tem sobre a história e cultura africanas. (SOUZA, DUPRET, FERREIRA, 2011, p. 2)

Diante dos fatos abordados, não podemos mais deixar enquanto educadores tais conteúdos ausentes do curricular escolar, visto que os negros tiveram influência na nossa comida, cultura e religião, eles são nossas matrizes raciais, toda sabedoria seja ela da esfera artística, religiosa ou alimentícia foram primordiais na construção da identidade brasileira. Todavia as questões da desigualdades raciais ainda estar presente na nossa sociedade brasileira que existe em disser que não é “preconceituosa” e mesmo assim, o negro continua sendo marginalizado pela sua cor. Nosso intuito neste trabalho não é enaltecer a cultura afro, mas por meio de mais narrativas historiográficas e a aplicação da lei 10.639/03 podermos dar ao povo negro o devido respeito que lhe faltou durante muitos anos. E assim, finalizo reafirmando que a escola é o ambiente que;

> Confere a responsabilidade de incluir no currículo o ensino de história e cultura afro-brasileiras e o resgate da contribuição política, econômica e social do negro no país. O objetivo é disseminar os conhecimentos sobre o tema visando construir uma relações raciais mais saudáveis. (CAMILO, 2014, p. 29)

Referências

BRASIL. Casa Civil. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>.
Acesso em: 23/07/2015.
CHAN, Iana. Nova Escola, São Paulo, 2014.

CAMILA CAMILO, de salvador. Nova Escola, São Paulo, 2014. P. 29.

FERREIRA, Danielle Milioli, SOUZA, Anderson da Silva de, DUPRET Leila. XI congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. **Diversidades e (Des)Igualdade.** Salvador. 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307880389_ARQUIVO_trab_completo_CONLAB.pdf acesso em 27 de julho de 2015.

SILVA, Maria A parecida. **Formação de educadores para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial**. In: Cavalheiro, Eliane. Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Sumus, 2001. P.65-82.
VIEIRA, C. M.; DUPRET, Leila. Lei 10.639/03 e formação de profissionais da educação: práticas pedagógicas, construções subjetivas e impactos de mercado. In: Carlos Roberto de Carvalho; Renato Noguera; Sandra Regina Sales;. (Org.). RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: CONTEXTOS, PRÁTICAS E PESQUISAS. 1ed.Rio de Janeiro: Nau/ EDUR, 2012, v., p. 49-61.